

**Gestão 2020-2022**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3562/2020-PGJ, DE 11.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 6.11.2020, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3563/2020-PGJ, DE 11.11.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Glória de Dourados, Gilberto Carlos Altheman Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Sete Quedas, no julgamento do Processo nº 0000889-45.2019.8.12.0044, no dia 23.11.2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3564/2020-PGJ, DE 11.11.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 3547/2020-PGJ, de 9.11.2020, que indicou ao Procurador Regional Eleitoral membros do Ministério Público Estadual para coadjuvarem Zonas Eleitorais, no dia 15 de novembro de 2020, de forma que, onde consta:

ZONA ELEITORAL	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	MUNICÍPIO
33ª	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	Mundo Novo

Passe a constar:

ZONA ELEITORAL	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	MUNICÍPIO
33ª	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	Tacuru

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3290/2020-PGJ, DE 15.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016, conforme segue:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Antonio Carlos Garcia de Oliveira	25	1º a 25.10.2020
George Zarour Cezar	30	29.9 a 28.10.2020
Lia Paim Lima	30	12.10 a 10.11.2020
Marcos André Sant'Ana Cardoso	30	14.10 a 12.11.2020
Paulo Henrique Camargo Iunes	14	3 a 16.11.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3560/2020-PGJ, DE 10.11.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Alterar a Portaria nº 3462/2020-PGJ, de 29.10.2020, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de novembro de 2020, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI</b>			
21 e 22.11.2020	1ª PJ de Ivinhema	Daniel do Nascimento Britto	98478-2040
28 e 29.11.2020	PJ de Glória de Dourados	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI</b>			
21 e 22.11.2020	PJ de Glória de Dourados	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
28 e 29.11.2020	1ª PJ de Ivinhema	Daniel do Nascimento Britto	98478-2040

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3369/2020-PGJ, DE 20.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Luiz Eduardo Lemos de Almeida 20 (vinte) dias de férias, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72 de 18 de janeiro de 1994, conforme segue (Processo PGJ/10/3802/2016):

PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
2019/2020	Regulamentares	10	8 a 27.10.2020
2014/2015	Remanescentes	10	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3565/2020-PGJ, DE 11.11.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 14.8.2020, do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Francisco Vilar Bermal Júnior, nos termos do inciso I do artigo 56 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, e tornar sem efeito a Portaria nº 3555/2020-PGJ, de 10.11.2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3566/2020-PGJ, DE 11.11.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 24.7.2020, do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Fabiano Alves Davy, nos termos do inciso I do artigo 56 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, e tornar sem efeito a Portaria nº 3554/2020-PGJ, de 10.11.2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° e-309/2020/PGJ, DE 11.11.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 12 a 31.7.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1 a 10.2.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-310/2020/PGJ, DE 11.11.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Rita de Cassia Figueiredo de Mello, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 22.4 a 1.5.2021 e 27.8 a 5.9.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 11 a 20.1.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-311/2020/PGJ, DE 11.11.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Poliana Carolina Marquesini, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.9.2021 e 9 a 18.12.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 25.1 a 3.2.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-312/2020/PGJ, DE 11.11.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Caio Ferreira Campos, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 24.5 a 2.6.2021 e 16 a 25.8.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 25.1 a 3.2.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-313/2020/PGJ, DE 11.11.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) servidor(a) Pedro Borges de Souza, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 7 a 26.1.2021 e 22.2 a 3.3.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 10ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL INICIADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2020.****2. Ordem do dia:****2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002063-3**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Jean Clayson Martins e Elenir Martins Correa

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente de desmatamento sem autorização ambiental na propriedade rural Fazenda Serrinha Parte II, localizada no município de Ponta Porã/MS.

EMENTA: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTA PORÃ/MS – APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS NA FAZENDA SERRINHA PARTE II - SUPRESSÃO VEGETAL SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de



Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC-Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito cível possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002856-2 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

## **2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001496-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Flores - Ramona Flores

Assunto: Apurar desmatamento de 1,79 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Flores, em Amambai/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n.132/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental) - Fazenda Flores.

EMENTA: 2ª PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE AMAMBAI/MS – APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES AMBIENTAIS NA FAZENDA FLORES – SUPRESSÃO VEGETAL - AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL- DILIGÊNCIAS REALIZADAS – FORMALIZAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito cível possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

## **3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000466-0**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar a regularidade das dispensas de licitação nºs 017, 018 e 019/2020/DL/PMD, que tiveram como objeto a aquisição de EPI's, álcool em gel antisséptico e kits de teste rápido para Covid-19 e outras, pelo Município de Dourados.

**Deliberação: Retirado de Pauta a pedido do Relator para inclusão em pauta presencial.**

### **2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000296-1**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Auto Posto Brasil Ivinhema/MS, Lanchonete Quiosque, João Victor Cauz dos Santos (Hookah Prime Tabacaria), Município de Ivinhema

Assunto: Apurar eventuais irregularidades administrativas dos estabelecimentos denominados Auto Posto Brasil, Hookah Prime Lounge e Tabacaria, Lanchonete Quiosque por infringir o Código de posturas Municipais de Ivinhema e fomentar a contravenção penal de perturbação ao

sossego, bem como a omissão no exercício do poder de polícia administrativa pelo município de Ivinhema.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - POLUIÇÃO SONORA E PERTURBAÇÃO A TRANQUILIDADE – ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES NO ESTABELECIMENTO COMERCIAL - ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - IRREGULARIDADE SANADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que conforme Certidão elaborada pelo órgão ministerial de origem, o estabelecimento comercial Hookah Prime Lounge e Tabacaria encerrou suas atividades no local. De igual modo, o estabelecimento Lanchonete Quiosque alterou seu horário de funcionamento, encerrando as atividades antes das 22 (vinte e duas) horas, ficando sanada a irregularidade anteriormente noticiada. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**



**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000521-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no pagamento de diárias a vereadores do Município de Rio Negro no ano de 2017.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM PAGAMENTO DE DIÁRIAS PARA VEREADORES - NÃO COMPROVAÇÃO - VALORES DEFINIDOS CONFORME LEI Nº 772/2017 - RELATÓRIO DE ANÁLISE TÉCNICA DO DAEX - AUSÊNCIA DE QUALQUER ILEGALIDADE NOS PAGAMENTOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que o pagamento de diárias aos Vereadores do Município de Rio Negro é definido através da Lei nº 772/2017, havendo ainda a apresentação de relatórios e comprovantes para constatar a real necessidade das viagens. Ademais após análise técnica realizada pelo DAEX, não houve a comprovação de qualquer tipo de irregularidade nos documentos apresentados e nos valores pagos. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000284-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ezio Carrion Silva

Assunto: Apurar eventual supressão vegetal de 6 (seis) hectares sem autorização do órgão ambiental, na Fazenda Planalto, de propriedade de Ezio Carrion Silva.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - TAC HOMOLOGADO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2012 PGJ - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que houve a instauração de procedimento administrativo, com o

fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002777-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jardim Madeiras EIRELE-ME

Assunto: Apurar os fatos constantes no Ofício nº 75/2018/NUFUSMS/DITECMS/SUPES-MS-IBAMA, referente ao Auto de Infração nº 9146847 em desfavor de Jardim Madeiras Eirele-ME.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - RECEBIMENTO DE MADEIRA SEM DOF - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - TAC HOMOLOGADO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2012 PGJ - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**



**2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000265-7**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar a falta/insuficiência de equipamentos/aparelhos e insumos no Centro de Especialidades Médicas de Campo Grande – CEM.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – CIDADANIA – SAÚDE PÚBLICA – REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA – ATENDIMENTO DEFICITÁRIO – FALTA DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO – ATUAÇÃO POSITIVA E EFICAZ DO PODER PÚBLICO – IRREGULARIDADES SANADAS – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DO *PARQUET* – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO.

Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o ente responsável pela gestão do serviço público deficitário empreendeu, na *démarche* inquisitorial, os esforços necessários para garantir acesso qualificado ao espectro de atuação do núcleo municipal de atenção especializada, exsurge imponente a perda superveniente do interesse de agir do *Parquet* para a tutela coletiva.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003479-3**

1ª Promotoria do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades praticadas durante o Processo Licitatório – Pregão Presencial N. 01/2015 – Processo Administrativo N. 011/2015 – realizado pelo município de Vicentina, que caracterizam, em tese, atos de improbidade administrativa. Feito migrado do ICP nº 02/2015.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO SOB SUSPEITA DE FAVORECIMENTOS ESPÚRIOS – INABILITAÇÃO ARBITRÁRIA – AFRONTA À LIVRE CONCORRÊNCIA – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Encerrada a efetivação dos princípios da legalidade, impessoalidade e livre participação nos procedimentos licitatórios vergastados, eis que, além de haver previsão na Lei nº 8.666/93 acerca da possibilidade de invalidação motivada do certame, o reclamante foi suspenso temporariamente de licitar com a Administração por apresentar declaração falsa de enquadramento legal como pequeno empreendimento, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva pelo *Parquet*.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001633-3**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Usina Rio Amambai Agroenergia S/A

Assunto: Apurar as condições jurídico-ambientais na propriedade Fazenda São Rafael, arrendada pela Requerida.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE – DEPÓSITO IRREGULAR DE MATERIAL LENHOSO – IMÓVEL JÁ INSCRITO NO CAR/MS E CONTEMPLADO EM PRADÉ – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO PARA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS DANOS CAUSADOS – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO PARA ACOMPANHAR O ADIMPLEMENTO DA AVENÇA – ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM – HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo, na *démarche* inquisitorial, a celebração de termo de ajustamento de conduta para compensação financeira dos danos causados pelo valetamento de área de preservação permanente sem licença da autoridade competente e pelo depósito irregular de material lenhoso, cujo cumprimento será aquilatado em procedimento administrativo específico, através do sistema de processo eletrônico SAJ/MS, o arquivamento do apuratório de origem é medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**4. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2020.00001889-7**

Promotoria de Justiça do Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Nioaque

Recorrente: Presidente do SIMTRAN – Sindicato Municipal dos Trabalhadores Públicos

Recorrido: Ministério Público Estadual



Assunto: Apurar possíveis irregularidades quanto à elaboração e aplicação do “Laudo Técnico Pericial de Insalubridade, Periculosidade e Aposentadoria Especial” expedido em agosto de 2018 pela empresa V. S. Serviços de Engenharia Ambiental – EIRELI, contratada pelo Município para fixação das condições laborativas que justificam o pagamento de adicional remuneratório pelo exercício de atividades de risco.

EMENTA: NOTÍCIA DE FATO – CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE E APOSENTADORIA ESPECIAL – LAUDO PERICIAL – DESCUMPRIMENTO DE NORMAS TRABALHISTAS – INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 736/STF – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO – DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO – REMESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo a constatação de que as irregularidades relacionadas à elaboração e aplicação do laudo técnico pericial de insalubridade, periculosidade e aposentadoria especial circunscrevem questões afetas ao descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde da coletividade de trabalhadores que prestam serviços no Município requerido, de competência da Justiça Obreira, à luz da Súmula 736/STF, exsurge imponente o convencimento da existência de motivo jurídico assaz a determinar a atuação do Ministério Público do Trabalho no feito.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição do Ministério Público do Trabalho, nos termos do voto do Relator.**

#### **2.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000958-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Valter Brito da Silva e outros

Assunto: Apurar a degradação ambiental, intervenção em área de preservação permanente e a regularidade jurídico-ambiental, das obras e atividades no imóvel de matrícula 24.544, CRI de Amambai (Relatório de Vistoria n. 011/2ºGPMA/2020, da Polícia Militar Ambiental, e Notificação 57/2020, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente SEMAI).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE AMAMBAI - APURAÇÃO DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA – CLÁUSULAS OBRIGACIONAIS FISCALIZADAS EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DAS RESOLUÇÕES 005/2012/CPJ E 015/2007/PJ - INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO 09/2016/CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. É de rigor o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar degradação ambiental em área de preservação permanente, quando no curso dos autos formaliza-se Termo de Ajustamento de Conduta visando à correção do passivo ambiental, cujas cláusulas obrigacionais já estão sendo fiscalizadas em Procedimento Administrativo instaurado para tal fim.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002589-4**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Frizelo Frigoríficos Ltda.

Assunto: Regularizar a situação jurídico ambiental do estabelecimento denominado Frizelo Frigorífico Ltda.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAARAPÓ - FRIGORÍFICO - DESPEJO DE EFLUENTES NÃO TRATADOS NO RIO TAQUARA - ATIVIDADE DE COMPOSTAGEM SEM LICENÇA AMBIENTAL - DILIGÊNCIAS SATISFATÓRIAS - REGULARIDADE DA SITUAÇÃO JURÍDICO AMBIENTAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Impõe-se o arquivamento de Inquérito Civil quando as diligências adotadas pelo órgão ministerial se mostram satisfatórias quanto à regularidade jurídico ambiental do estabelecimento frigorífico ora investigado, comprovadas através de laudo de vistoria.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

##### **3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001572-2**

76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar a falta/insuficiência de médicos, equipamentos, aparelhos e insumos no CRS Aero Ranho, bem como a inobservância das regras sanitárias vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - APURAÇÃO DE SUPOSTA FALTA OU INSUFICIÊNCIA DE MÉDICOS, EQUIPAMENTOS, APARELHOS E INSUMOS - CRS AERO RACHO -



INOBSERVÂNCIA DE REGRAS SANITÁRIAS - ADEQUAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE - ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. É de rigor o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar eventual má condição de funcionamento de Unidade de Saúde, quando a partir da intervenção ministerial verifica-se sanado o objeto de apuração do feito.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000946-1**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Casa da Indústria de Campo Grande

Assunto: Apurar e tomar as providências cabíveis em relação à falta de acessibilidade na Casa de Indústria de Campo Grande.

**Advogado: Janio Heder Secco – OAB/MS nº 8.175.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - APURAÇÃO DE EVENTUAL AUSÊNCIA DE ACESSIBILIDADE - ATUAÇÃO RESOLUTIVA MINISTERIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Quando as diligências empreendidas pelo Órgão de Execução são suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos, o arquivamento do alusivo Inquérito Civil é medida que se impõe, diante da atuação resolutiva ministerial.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002420-7**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público

Requeridos: Silem dos Anjos Sales Hori

Assunto: Apurar suposta irregularidade no pagamento de diárias à servidora Silem dos Anjos Sales Hori.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE MIRANDA - APURAÇÃO DE SUPOSTA IRREGULARIDADE NO PAGAMENTO DE DIÁRIAS - NÃO COMPROVAÇÃO - DENÚNCIA GENÉRICA - AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Dá-se o arquivamento de Inquérito Civil no qual se verifica que a denúncia anônima é genérica e abstrata, sem indicativos probatórios suficientes à propositura de ação civil pública por ato de improbidade administrativa. Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator, impedido o Conselheiro Silasneiton Gonçalves para atuar em procedimento e expedientes em geral provenientes das Promotorias de Justiça de Miranda/MS, tendo em vista ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Miranda, Cinthia Giselle Gonçalves Latorraca e da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica da substituição.**

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000582-5**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vergílio Brites da Silva

Assunto: Apurar a prática de eventual ato de improbidade administrativa que viola os princípios da Administração Pública por parte do servidor público municipal Vergílio Brites da Silva, que conduziu trator da Prefeitura de Nioaque embriagado durante o exercício de suas funções.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE NIOAQUE - EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO POR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - EMBRIAGUEZ AO VOLANTE - ATO ISOLADO - RESPONSABILIZAÇÃO DISCIPLINAR E PENAL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - NÃO OCORRÊNCIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Arquiva-se o Inquérito Civil instaurado para apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa por parte de servidor público municipal, que conduziu trator embriagado, durante o expediente, em cujo procedimento não se demonstra a existência de improbidade administrativa, e se constata que o requerido já está sendo responsabilizado nas esferas disciplinar e penal.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

### **2.1.5. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001536-6**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ocorrência de assinatura de ponto de frequência por parte de médicos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde sem a efetiva realização dos plantões.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - SAÚDE PÚBLICA - APURAÇÃO DE EVENTUAL ASSINATURA DE FOLHA DE FREQUÊNCIA PELOS MÉDICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE SEM O EFETIVO CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA COMPLETA DO EXPEDIENTE - MUNICÍPIO INSTAUROU SINDICÂNCIA PARA APURAR OS FATOS - FOI AJUIZADA AÇÃO CIVIL PÚBLICA BUSCANDO COMPELIR O MUNICÍPIO A INSTALAR RELÓGIO DE PONTO ELETRÔNICO BIOMÉTRICO EM TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE VINCULADAS À SESAU – NÃO INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N° 17 DO CSMP, POIS A AÇÃO AJUIZADA NÃO FOI INSTRUÍDA PELO PRESENTE PROCEDIMENTO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, porquanto foi instaurada com êxito a sindicância pela Secretaria Municipal de Saúde, a fim de apurar a responsabilidade administrativa dos médicos que supostamente assinaram folha de frequência sem cumprir a respectiva carga horária. Ademais, foi ajuizada ação civil pública, instruída com outros procedimentos, objetivando obrigar o Município a instalar controle eletrônico biométrico.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

## 2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001867-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Jonas Mulari Schlatter, Waldir Benedicto Piovezan, Samuel Schlatter, Walter Schlatter e Carlos Alberto Schlatter

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 2.200 m² de vegetação nativa, integrante do Bioma Savana, na Fazenda Bela Alvorada, em Paraíso das Águas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Parecer nº 450/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - COMARCA DE CHAPADÃO DO SUL - APURAR SUPRESSÃO DE REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA - CONFIGURAÇÃO DE DANO AMBIENTAL DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO, CONFORME CERTIFICADO POR ENGENHEIRO FLORESTAL - CONSTATOU-SE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL PARA APURAR RESPONSABILIDADE CRIMINAL - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N° 3 DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Tratando-se de dano de menor potencial ofensivo, assim caracterizado por Engenheiro Florestal, a reparação ou a compensação pode limitar-se ao juízo administrativo ou ao criminal, de acordo com o Enunciado nº 03 do CSMP. Verificou-se, *in casu*, que a Delegacia de Polícia tomou as providências necessárias, mediante instauração de Inquérito Policial. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

### 2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

#### 1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000929-8

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que o Município de Naviraí teria deflagrado processo seletivo para contratação temporária de educador social, sem a observância das normas vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NAVIRAÍ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR A NOTÍCIA DE QUE O MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ TERIA DEFLAGRADO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EDUCADOR SOCIAL, SEM A OBSERVÂNCIA DAS NORMAS VIGENTES - ATENDIMENTO DE RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL - IRREGULARIDADE SANADA - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Em atendimento à Recomendação expedida pela Promotoria de Justiça de origem, o Município de Naviraí adotou as medidas necessárias para regularizar a contratação de servidores públicos. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001433-8**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ford Motor Company Brasil LTDA, Monza Distribuidora de Veículos Ltda.

Assunto: Apurar violação transindividual à legislação consumerista em razão da colocação, no mercado de consumo, de veículos Ford Ranger 2.2/3.2 AT, anos 2015, 2016 e 2017, em tese com problemas mecânicos crônicos, que expõem a vida e a integridade física dos consumidores à risco.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - CONSUMIDOR – APURAR VIOLAÇÃO TRANSINDIVIDUAL À LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA EM RAZÃO DA COLOCAÇÃO, NO MERCADO DE CONSUMO, DE VEÍCULOS FORD RANGER 2.2/3.2 AT, ANOS 2015, 2016 E 2017, EM TESE COM PROBLEMAS MECÂNICOS CRÔNICOS, QUE EXPÕEM A VIDA E A INTEGRIDADE FÍSICA DOS CONSUMIDORES À RISCO - DIREITO INDIVIDUAL - ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DOS CONSUMIDORES EM CASOS DE INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 127 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A reclamação carece de verossimilhança, pois trata de caso de direito individual. A atuação do Ministério Público na defesa dos consumidores está adstrita aos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Inteligência do artigo 127 da Constituição Federal. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002919-0**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual violação de direitos e acompanhar a remoção das famílias que residem na antiga Estação Ferroviária, dentre elas a PcD Romilda Ribeiro de Oliveira.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - DIREITOS HUMANOS - APURAR EVENTUAL VIOLAÇÃO DE DIREITOS E ACOMPANHAR A REMOÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE RESIDEM NA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DENTRE ELAS PESSOA COM DEFICIÊNCIA - RETORNO DOS AUTOS EM DILIGÊNCIA - IRREGULARIDADE SANADA - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Convertido os autos em diligência, a Promotoria de Justiça de origem prosseguiu com as investigações, e os direitos básicos à pessoa com deficiência estão sendo assegurados. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

**4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001400-9**

Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consubstanciada na violação dos Princípios da Administração Pública, pela prática de maus tratos e violação aos direitos humanos por parte de agentes públicos do Município de Pedro Gomes, no caso de W.A.S. e J.S.H.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PEDRO GOMES - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, CONSUBSTANCIADA NA VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PELA PRÁTICA DE MAUS TRATOS E VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS POR PARTE DE AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PEDRO GOMES ATENDIMENTO DE RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL - IRREGULARIDADE SANADA - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Em atendimento à Recomendação expedida pela Promotoria de Justiça de origem, o Município de Pedro Gomes adotou as medidas necessárias para coibir a prática de maus tratos e violação aos direitos humanos por parte de agentes públicos. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**



**5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001274-0**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na gestão do Hospital Regional de Cirurgias da Grande Dourados, através, principalmente, da substituição de sua estrutura.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA GESTÃO DO HOSPITAL REGIONAL DE CIRURGIAS DA GRANDE DOURADOS, ATRAVÉS, PRINCIPALMENTE, DA SUBSTITUIÇÃO DE SUA ESTRUTURA - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O conjunto probatório colhido nos autos demonstra que a reforma da unidade hospitalar, bem como o contrato de locação foram realizados dentro dos limites legais. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

**2.1.7. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:****1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001570-1**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Donizete Lourenço de Paula

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 1,66 hectares de vegetação nativa em área de Savana Arborizada Sem floresta-de-galeria, denominado ID 60 no arquivo digital, na propriedade rural Fazenda São João (CARMS0000212), no Município de Bandeirantes/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 226/19/NUGEO-Programa DNA Ambiental 2016-2017

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DE DESMATAMENTO DE 1,66 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE SAVANA ARBORIZADA SEM FLORESTA-DE-GALERIA, DENOMINADO ID 60 NO ARQUIVO DIGITAL, NA PROPRIEDADE RURAL FAZENDA SÃO JOÃO (CARMS0000212), NO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER N. 226/19/NUGEO-PROGRAMA DNA AMBIENTAL 2016-2017. INFORMAÇÕES CONTRADITÓRIAS NOS AUTOS. EVENTUAL MUDANÇA NO MAPA DA PROPRIEDADE. NECESSIDADE DE QUE O NUGEO SE MANIFESTE ACERCA DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO REQUERIDO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que a Promoção de Arquivamento não deve ser homologada, haja vista que embora, a princípio, pareça que não há irregularidades a serem sanadas no procedimento, considerando a eventual alteração do mapa da Fazenda São João, verifica-se a necessidade de que seja dado ciência ao NUGEO acerca dos documentos apresentados pelo Requerido e que o NUGEO seja oficiado para se manifestar acerca destes documentos, especialmente no tocante à mudança do mapa da propriedade em questão, esclarecendo a contradição de informações existentes no feito (dados afirmados no Parecer nº 226/19/Nugeo e documentos apresentados pelo Requerido). Isso porque foi o Parecer apresentado pelo NUGEO que originou a presente investigação, sendo crucial que o mesmo se manifeste quanto à possível inexistência de irregularidades na propriedade rural em questão. Por essas razões, vota-se pela não homologação da promoção de arquivamento e baixa dos autos à Promotoria de Justiça para adoção das providências cabíveis.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para adoção das providências cabíveis, nos termos do voto do Relator.**

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003182-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Camapuã e Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Camapuã

Assunto: Apurar a regularidade da concessão de diárias aos vereadores do Município de Camapuã, referente ao ano de 2011.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A REGULARIDADE DA CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ, REFERENTE AO ANO DE 2011. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PRESCRIÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 23, INCISO I, DA LEI N. 8.429/92. DANO AO ERÁRIO NÃO COMPROVADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Da análise dos documentos colacionados aos autos, não é possível concluir pela existência de elementos comprobatórios de



atos de improbidade administrativa. Ainda que assim não fosse, a investigação versa sobre fatos ocorridos em 2011, assim, eventual ajuizamento de ação civil pública seria inviável, ante a prescrição prevista no artigo 23, inciso I, da Lei nº 8.429/92. Com relação ao ressarcimento ao erário, verifica-se que não restou demonstrado nos autos o prejuízo financeiro ao Município de Camapuã, não tendo sido verificado prejuízo aferível aos cofres públicos. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001748-0

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: UNEPE - Rede Brasileira de Cooperação ao Desenvolvimento

Assunto: Apurar eventual prática de atos de improbidade administrativa, relativa à entidade UNEPE - Rede Brasileira de Cooperação ao Desenvolvimento, praticados contra o erário público.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, RELATIVA À ENTIDADE UNEPE - REDE BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO, PRATICADOS CONTRA O ERÁRIO PÚBLICO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que, conforme exposto em Promoção de Arquivamento, ainda que tenha sido verificada irregularidades na prestação de contas da entidade, “o Poder Público julgou suficientes as adequações realizadas em processo de prestações de contas e quando não o fez, optou por tomada especial”, de modo que eventuais danos patrimoniais poderão ser ressarcidos pela Administração Pública. Além disso, verifica-se que Naelson da Silva Ferreira, antigo presidente da UNEPE, faleceu, o que impediu o prosseguimento da persecução criminal, em como de seus eventuais atos de improbidade. Por fim, verifica-se que houve a paralisação das atividades da entidade, inexistindo, portanto, razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### 2.1.8. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

##### 1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000441-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Jateí

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo gestor da Câmara Municipal de Jateí, tendo em vista a necessidade de preenchimento dos cargos de provimento efetivo mediante concurso público e irregularidades nos cargos em comissão.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO PELO GESTOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATEÍ, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE PREENCHIMENTO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO E IRREGULARIDADES NOS CARGOS EM COMISSÃO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – RECOMENDAÇÃO ATENDIDA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. O órgão de execução expediu Recomendação devidamente fundamentada ao Presidente da Câmara Municipal de Jateí, sendo integralmente atendida, uma vez que houve reestruturação dos cargos comissionados e efetivos da Câmara Municipal, com a consequente exoneração dos ocupantes de cargos comissionados em situação irregular e a realização de concurso público para o preenchimento dos cargos de provimento efetivo previstos no plano de cargos e carreira da casa de leis, incluindo-se o cargo de Procurador Jurídico; 3. Ademais, o Presidente da Câmara Municipal informou que houve a rescisão do contrato com escritório de advocacia para a prestação de serviços jurídicos, sendo que atualmente a casa legislativa conta com Procurador Jurídico no seu quadro de servidores efetivos; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**



**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002914-6**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Caarapó

Assunto: Apurar a falta de mecanismos idôneos de controle das despesas com o abastecimento e uso de veículos por parte do Município de Caarapó.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A FALTA DE MECANISMOS IDÔNEOS DE CONTROLE DAS DESPESAS COM O ABASTECIMENTO E USO DE VEÍCULOS POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CAARAPÓ – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – RECOMENDAÇÃO ATENDIDA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. O órgão de execução expediu Recomendação devidamente fundamentada Prefeito Municipal e à Controladoria Geral do Município de Caarapó, sendo integralmente atendida, uma vez que houve a contratação de empresa especializada para implantação e gerenciamento do sistema de cartão magnético de monitoramento do combustível na frota de veículos do Município, estando em funcionamento, bem como foi realizada a identificação de todos os veículos oficiais com adesivos; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**3. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001790-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Edevair Aparecido General

Assunto: Apurar eventual dano causado ao meio ambiente na Chácara das Roseiras, Via Rural, em Sete Quedas/MS, em razão da destruição de fração de vegetação de Área de Preservação Permanente, sem a documentação necessária emitida por órgão ambiental, de acordo com a legislação ambiental vigente.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR EVENTUAL DANO CAUSADO AO MEIO AMBIENTE NA CHÁCARA DAS ROSEIRAS, VIA RURAL, EM SETE QUEDAS/MS, EM RAZÃO DA DESTRUIÇÃO DE FRAÇÃO DE VEGETAÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, SEM A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA EMITIDA POR ÓRGÃO AMBIENTAL, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE – INSTRUÇÃO CONCLUÍDA – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Ao final da instrução, houve a celebração de Termo de Ajuste de Conduta às exigências legais, mediante cominações, nos termos dos arts. 33 e 34 da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil), para a resolução das seguintes irregularidades: dano ambiental consistente na construção de 4 tanques para piscicultura em área de preservação permanente, totalizando 0,79 hectares, bem como utilização de recursos hídricos sem autorização legal; 2. Para a fiscalização do cumprimento do pactuado no ajustamento de conduta, houve a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002297-9, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 3. Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000054-1**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no âmbito do Contrato n. 91/2013, firmado entre o Município de Pedro Gomes e a construtora Project Tecnologia de Construção LTDA para construção do Ginásio de Esportes da Vila Marcelino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO ÂMBITO DO CONTRATO N. 91/2013, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PEDRO GOMES E A CONSTRUTORA PROJECT TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÃO LTDA. PARA CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES DA VILA MARCELINO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As diligências empreendidas não constatarem as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil, nem parcialmente; 2. Nota-se que o atraso na conclusão da construção do Ginásio de Esportes pela empresa Project Tecnologia de Construção Ltda., foi justificado em razão da dificuldade de mão de obra especializada, sendo a obra concluída no primeiro semestre do ano de 2018, consoante atesta o documento referente à



Prestação de Contas Final emitido pela Caixa Econômica Federal, não havendo indícios de irregularidades na execução do contrato; 3. Ademais, o Município de Pedro Gomes informou que as obras de construção do Ginásio de Esportes foram concluídas, bem como que houve o pagamento integral do valor contratado, encaminhando na oportunidade cópia do processo licitatório em questão que comprovam a execução do contrato; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002264-2**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Avelino Mathias

Assunto: Apurar possíveis danos ambientais em razão da ocorrência de desmatamento de floresta do Bioma Mata Atlântica, na propriedade nominada Fazenda Água Boa, inicialmente apurados nos autos do Inquérito Civil 3/2PJI/2017.

**Advogado: Dalgomir Buraqui – OAB/MS nº 9.465.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEIS DANOS AMBIENTAIS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE DESMATAMENTO DE FLORESTA DO BIOMA MATA ATLÂNTICA, NA PROPRIEDADE NOMINADA FAZENDA ÁGUA BOA, INICIALMENTE APURADOS NOS AUTOS DO INQUÉRITO CIVIL 3/2PJI/2017 – NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que não é caso de arquivamento sob o fundamento de que "inexiste qualquer providência judicial ou extrajudicial a ser adotada quanto à reparação do dano ambiental mediante compensação da reserva legal", uma vez que ainda restam dúvidas com relação à reparação integral do dano causado; 2. Embora a PMA tenha relatado a inexistência de danos no local, uma vez que a reparação integral do dano causado teria ocorrido mediante compensação ambiental, verifica-se que também constatou que na área em que ocorreu a supressão vegetal do bioma Mata Atlântica apontada pelo IBAMA, atualmente encontra-se uma lavoura de milho. Ou seja, há indicativos de que não houve a recomposição ou reparação do dano causado em vegetação secundária em estágio médio de regeneração do bioma Mata Atlântica, uma vez que há uma lavoura de milho no local; 3. Nos termos do § 2º, do art. 17, da Lei nº 11.428/2006 (Mata Atlântica), a compensação ambiental não se aplica nos casos de corte ou supressões ilegais de vegetação secundária em estágio médio de regeneração do bioma Mata Atlântica; 4. Necessário promover diligências visando à reparação integral do dano ambiental relacionado ao desmatamento ilegal no bioma Mata Atlântica; 5. Consoante o Enunciado nº 10 do Conselho Superior do Ministério Público, nos casos em que houver dano ambiental é imprescindível a elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta a fim de saná-lo, não sendo suficiente apenas a apresentação de CAR e de PRADA para subsidiar a promoção de arquivamento; 6. Promoção de arquivamento não homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para adoção das providências legalmente cabíveis, nos termos do voto do Relator.**

Campo Grande, 10 de novembro de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****CAMAPUÃ****EDITAL N. 23/2020/2ªPJC**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2020.00001096-1, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2020.00001096-1.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Camapuã.

Assunto: “Apurar eventual falta de condições adequadas do prédio onde encontra em funcionamento o Conselho Tutelar de Camapuã.”

Camapuã - MS, 10 de novembro de 2020.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

**CASSILÂNDIA****RECOMENDAÇÃO N. 0004/2020/3 ZE/CLA**

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002298-0

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por intermédio da Promotora Eleitoral abaixo subscrito no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos III, VI e IX, da Constituição Federal de 1988; artigo 26, inciso I, e alíneas, da Lei Federal nº 8.625/93; o artigo 27, inciso I, da Lei Complementar nº 75/94,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CFRB 1988).

CONSIDERANDO que, a teor do art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal 8.625/93, Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (LONMP), cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos poderes estaduais ou municipais e, no exercício dessas atribuições, promover Ações Cíveis Públicas, Inquéritos Cíveis, Procedimentos Administrativos, Recomendações dirigidas a órgãos e entidades, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito;

CONSIDERANDO que o art. 129, inciso II, da CRFB de 1988, apregoa como função institucional do Ministério Público: "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia";

CONSIDERANDO que conforme preceitua o art. 196, da CRFB de 1988: "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";



CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, nos termos da Portaria nº 188/2020, editada com base no Decreto Federal n.º 7.616/2011, declarou situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (Sars-Cov-2);

CONSIDERANDO que o atual cenário vivenciado em razão da pandemia ocasionada pelo Novo Coronavírus (COVID-19) influenciou, diretamente, no modo de funcionamento das eleições municipais de 2020;

CONSIDERANDO que, diante da tamanha influência da pandemia nas eleições municipais do corrente ano, foi imprescindível a edição da Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, alternado não só as datas do primeiro e segundo turno, como inúmeros prazos eleitorais;

CONSIDERANDO que a realização de atos de campanha eleitoral que gerem aglomerações de pessoas, sejam elas candidatas, apoiadores ou eleitores, fora daquelas já admitidas pelas autoridades sanitárias, ferem as disposições do Código Eleitoral que preceituam que não será tolerada propaganda eleitoral "VIII – que prejudique a higiene e a estética urbana ou contravenha a posturas municipais ou a outra qualquer restrição de direito" (art. 243 do Código Eleitoral);

CONSIDERANDO os termos do artigo 268 do Código Penal Brasileiro o qual prevê: Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa: Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa;

CONSIDERANDO que a partir das diretrizes nacionais, inúmeras medidas de combate ao contágio pelo COVID-19 foram implementadas em âmbito nacional, estadual e municipal;

CONSIDERANDO a Nota Técnica Conjunta nº 1/2020, elaborada pelo Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público Federal, que trata da atuação dos membros do Ministério Público brasileiro, em face da decretação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional para o coronavírus (COVID-19), em que se evidencia “a necessidade de atuação conjunta, interinstitucional, e voltada à atuação preventiva, extrajudicial e resolutive, em face dos riscos crescentes da epidemia instalar-se no território nacional”;

CONSIDERANDO que o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto Legislativo nº 620, de 20 de março de 2020, reconheceu a ocorrência de estado de calamidade pública, assim como dispôs sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2), no território estadual, por meio do Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020 e alterações posteriores;

CONSIDERANDO o teor na Nota de Instrução Normativa nº 02/2020, de 19 de março de 2020, expedida pelo Centro de Operações de Emergência – COE/MS da Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul – MEDIDAS DE PROTEÇÃO CONTRA O CORONAVÍRUS (COVID-19) ;

CONSIDERANDO a potencialidade de contágio comunitário pelo COVID-19 com a realização de eventos que promovam aglomeração de pessoas, tais como, comícios presenciais, minicomícios, passeatas e carreatas, tal como fora demonstrado pela experiência recente dos Estados Unidos da América, durante a campanha para eleições presidenciais;

CONSIDERANDO a necessidade da adoção de medidas excepcionais com a finalidade de evitar que o número de contaminados pelo COVID-19 aumente, gerando o colapso aos serviços de saúde disponibilizados atualmente a esta localidade;

CONSIDERANDO que, na ausência de vacina ou tratamentos comprovadamente eficazes no combate à doença, as medidas profiláticas e preventivas – como uso de máscaras, isolamento e distanciamento sociais – possuem papel de excelência neste contexto pandêmico, evitando internações, mortes, entre outras lesividades, afora o desmantelamento do orçamento público já tão comprometido com tal situação e outras políticas públicas;

CONSIDERANDO que a Resolução TRE/MS nº 700/2020, bem como o Parecer Técnico nº 153/2020 da Secretaria Estadual de Saúde, reconhecem a gravidade da situação da pandemia e orientam para a adoção de medidas



restritivas nos atos de propaganda eleitoral para preservar a saúde da população, nos termos do art. 1º, § 3º, VI, da EC 107/2020.

**RESOLVE RECOMENDAR:**

\* Às Coligações, aos Partidos e a todos os candidatos que participarão das Eleições Municipais do ano de 2020 no município de Cassilândia/MS, bem como às pessoas físicas ou jurídicas no que couber, para atendimento em prazo imediato:

1. Que OBSERVEM as orientações técnicas sanitárias aprovadas pelo COE – Centro de Operações de Emergência referente ao novo coronavírus e o protocolo mínimo estabelecido pelo § 2º, do artigo 1º da RESOLUÇÃO Nº 700, de 25 de setembro de 2020, do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, qual seja:

- I – uso obrigatório de máscara;
- II – distanciamento físico de 1,5 m (um metro e meio) entre as pessoas;
- III – ocupação de espaço de 3m2 (três metros quadrados) por pessoa;
- IV – práticas de higiene necessárias à redução dos riscos de contaminação, pessoal e dos ambientes;
- V – disponibilização de álcool em gel;
- VI – evitar o contato físico.

2. Que OBSERVEM os Decretos Municipais referente às medidas de prevenção e contenção do contágio do novo coronavírus (COVID-19);

3. Que COMUNIQUEM ao Cartório Eleitoral, com antecedência de 48 (quarenta e oito horas), a realização de qualquer ato/evento eleitoral que gere reunião/aglomeração de pessoas;

4. Que OBSERVEM o previsto no § 1º, art. 13, Resolução TSE nº 23.610, de 18 de dezembro de 2019 quanto à comunicação à autoridade policial com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

5) Que evitem, em todo território municipal, a realização de comícios, minicomícios e demais atos semelhantes que ensejam aglomeração de pessoas, no período de campanha eleitoral, isto como medida de prevenção do contágio comunitário de pessoas pelo Novo Coronavírus (Sars-Covid-19);

6) Que evitem, em todo território municipal, a realização de passeatas e demais atos semelhantes que ensejam aglomeração de pessoas, no período de campanha eleitoral, isto como medida de prevenção do contágio comunitário de pessoas pelo Novo Coronavírus (Sars-Covid-19)

7) Que, em realizando “bandeiraços”, em toda extensão territorial do Município de Cassilândia/MS, sigam as seguintes restrições, como medidas de evitabilidade do contágio pelo COVID-19: a) limitação do quantitativo de participantes por local ao número máximo de 10 (dez) pessoas, respeitando o distanciamento de 1,5 metros entre as pessoas; b) utilização do espaçamento entre pessoas indicado na Resolução TRE/MS n. 700/2020; c) utilização de máscara e álcool-gel por todos os participantes d) evitar ao máximo contato físico entre as pessoas (beijo, abraço, aperto de mão, etc);

\*À população em geral:

Que durante o transporte para a votação e o ato de votar em 15 de novembro de 2020, evitem a dispersão de aerossol (partículas salivares aéreas) por meio da fala, nos ambientes de uso coletivo e de votação, para tanto permanecendo em silêncio, dentro dos veículos e enquanto estiverem aguardando a vez de votar, na fila se houver, permitindo a eficácia do distanciamento social, reduzida nos ambientes fechados e aglomerados, em que as partículas de ar vetoras de vírus permanecem naturalmente e por mais tempo em suspensão, potencializando o contágio por meio da fala;

Remeta-se, COM URGÊNCIA, a presente RECOMENDAÇÃO:

1. às Coligações e aos Partidos que participarão das Eleições Municipais do ano de 2020 no município de Cassilândia/MS, para adoção das devidas providências, especialmente, para conhecimento de todos os seus candidatos;
2. ao Comando da Polícia Militar do município;



3. à Delegacia de Polícia Civil;
4. ao Exmo. Juiz Eleitor da 03ª Zona Eleitoral;
5. à Secretaria de Saúde do município;
6. às rádios difusoras e jornais do município, para divulgação e conhecimento da população em geral.

Confere-se o prazo de 48 horas às Coligações e aos Partidos que participarão das Eleições Municipais do ano de 2020 nos municípios de Cassilândia/MS para encaminhamento de resposta à presente recomendação, que deverão discriminar as providências adotadas, comunicando-as a esta Promotoria de Justiça, por intermédio do e-mail <segundapjcassilandia@mpms.mp.br>.

Ressalte-se, por cabo, que o descumprimento injustificado desta recomendação e/ou a falta de resposta à requisição ministerial poderá(ão) acarretar a adoção de todas as medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis.

Às providências para a devida publicação no Diário do MPMS.

Cassilândia, 10 de novembro de 2020.

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO  
Promotora de Justiça

---

#### COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

---

#### BRASILÂNDIA

---

### RECOMENDAÇÃO

Procedimento Administrativo N.º 09.2020.00002393-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Requeridos: Partidos Políticos e Coligações  
Objeto: Conduta Vedada ao Agente Público

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo subscrito, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos II, III, VI e IX, da Constituição Federal de 1988; pelo artigo 26, inciso I, e alíneas, da Lei Federal nº 8.625/93; e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar nº 75/93,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CFRB 1988).

CONSIDERANDO que, a teor do art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal 8.625/93, Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (LONMP), cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos poderes estaduais ou municipais e, no exercício dessas atribuições, promover Ações Cíveis Públicas, Inquéritos Cíveis, Procedimentos Administrativos, Recomendações dirigidas a órgãos e entidades, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público Eleitoral, entre outras funções, zelar pelo fiel cumprimento da legislação eleitoral, especialmente, combater a corrupção eleitoral em todas as suas formas e a compra de votos;

CONSIDERANDO que a arrecadação e os gastos com as campanhas eleitorais são de responsabilidade dos partidos, coligações e candidatos e deverão obedecer rigorosamente às regras fixadas na Lei n. 9.504/97 e na Resolução TSE n. 23.607/2019;





CONSIDERANDO que não são consideradas gastos eleitorais, não se sujeitam à prestação de contas e não podem ser pagas com recursos da campanha as seguintes despesas de natureza pessoal do candidato: a) combustível e manutenção de veículo automotor usado pelo candidato na campanha; b) remuneração, alimentação e hospedagem do condutor do veículo a que se refere à alínea "a" anterior; c) alimentação e hospedagem própria, nos termos do art. 35, § 6º, da Resolução TSE n. 23.607/2019;

CONSIDERANDO que os gastos com combustível são considerados gastos eleitorais apenas na hipótese de apresentação de documento fiscal da despesa do qual conste o CNPJ da campanha, para abastecimento de: I - veículos em eventos de carreata, até o limite de 10 (dez) litros por veículo, desde que feita, na prestação de contas, a indicação da quantidade de carros e de combustíveis utilizados por evento; II - veículos utilizados a serviço da campanha, decorrentes da locação ou cessão temporária, desde que: a) os veículos sejam declarados originariamente na prestação de contas; e b) seja apresentado relatório do qual conste o volume e o valor dos combustíveis adquiridos semanalmente para este fim; e III - geradores de energia, decorrentes da locação ou cessão temporária devidamente comprovada na prestação de contas, com a apresentação de relatório final do qual conste o volume e valor dos combustíveis adquiridos em na campanha para este fim, conforme prescreve o art. 35, § 11, da Resolução TSE 23.607/2019;

CONSIDERANDO que, se por uma lado "(...) A mera doação de combustível a eleitores correligionários e cabos eleitorais para participação em carreata, a princípio, não caracteriza a captação ilícita de sufrágio, (REspe nº 409-20/PI, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 27.11.2012 e AgR-RCED nº 726/GO, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 3.11.2009)", por outro lado não se admite a doação de quantidade superior ao previsto na legislação e nem a distribuição indiscriminada de combustível aos eleitores, sob pena de configurar captação ilícita de sufrágio com pena de multa e cassação do registro ou diploma. Nesse sentido, esclarecedor o seguinte julgamento do TSE:

"(...) A entrega irrestrita de combustível a qualquer destinatário subverte a *ratio essendi* da construção jurisprudencial que admite a distribuição de combustível a apoiadores voluntários para a participação em carreatas. Assim, a doação de combustível, quando realizada indiscriminadamente a eleitores, evidencia, ainda que implicitamente, o fim de captar-lhes o voto, caracterizando o ilícito eleitoral descrito no art. 41-A da Lei nº 9.504/97. (...) (Recurso Especial Eleitoral nº 35573, Acórdão, Relator(a) Min. Luiz Fux, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 209, Data 31/10/2016, Página 7)

CONSIDERANDO que, novamente em 2020, o TSE confirmou este entendimento de que não pode ocorrer a entrega indiscriminada de combustível aos eleitores, como se observa no seguinte julgamento:

"MÉRITO. ABUSO DO PODER ECONÔMICO. COMPRA DE VOTOS. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE RECURSOS. USO DE ESTRUTURA RELIGIOSA. DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEL. CONFIGURAÇÃO. GRAVIDADE. REEXAME. SÚMULA 24/TSE. (...) "

6. No tocante à captação ilícita de sufrágio, os diálogos de whatsapp trazidos aos autos revelam a entrega indiscriminada de requisições de combustível a eleitores.

7. Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, "a doação de combustível, quando realizada indiscriminadamente a eleitores, evidencia, ainda que implicitamente, o fim de captar-lhes o voto, caracterizando o ilícito eleitoral descrito no art. 41-A da Lei nº 9.504/97" (REspe 355-73/MS, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 6/9/2016).

8. Por sua vez, quanto aos gastos ilícitos de recursos de campanha, constata-se a apreensão – judicialmente autorizada – de tabela contendo listagem de despesas diversas, a exemplo daquelas realizadas com combustível e com carros de som, dentre outros. (...) (Agravo de Instrumento nº 69189, Acórdão, Relator(a) Min. Og Fernandes, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 216, Data 27/10/2020)

CONSIDERANDO que o abastecimento de automóveis vinculados às campanhas eleitorais de forma lícita se dá, às vezes, por meio da expedição de "requisições" ou "vales-combustível" que são exibidas nos postos de combustíveis, pois antecipadamente se fez a compra de certa quantidade de combustível (pagamento antecipado) ou para pagamento posterior (venda a prazo);

CONSIDERANDO os lamentáveis casos de captação ilícita de sufrágio praticadas por alguns candidatos mediante a entrega para eleitores de combustível ou de requisições de abastecimento para a compra de votos;

CONSIDERANDO que a distribuição gratuita e desmedida de bens ou valores, inclusive combustível, em período eleitoral, poderá configurar crime de compra de votos (art. 299 do Código Eleitoral), dando ensejo, ainda, à representação específica por captação ilícita de sufrágio, conforme dispõe o art. 41-A da Lei 9.504/97, podendo levar,





inclusive, à cassação do registro ou do diploma do candidato envolvido e à aplicação de multa de 1.000 (mil) a 50.000 (cinquenta mil) UFIR;

CONSIDERANDO que a situação narrada, conforme o caso, também poderá configurar abuso de poder político e/ou econômico, a ser repreendido e sancionado por via de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE), prevista no art. 22, da LC 64/90, implicando, inclusive, a cassação do registro ou do diploma do candidato que houver cometido o abuso, bem como a decretação de sua inelegibilidade pelo prazo de 08 (oito) anos;

CONSIDERANDO, ainda, que a Lei Eleitoral expressamente proíbe a realização de gastos de campanha atinentes à distribuição de quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor, a teor do disposto no art. 39, § 6º, da Lei nº 9.504/97, que prescreve: “é vedada na campanha eleitoral a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor”;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para evitar atos viciosos nas eleições, especialmente, evitar a corrupção eleitoral e a compra de votos;

**RESOLVE:**

RECOMENDAR às Coligações, aos Partidos e a todos os candidatos que participarão das Eleições Municipais do ano de 2020 nos municípios de Brasilândia e Santa Rita do Pardo, bem como às pessoas físicas ou jurídicas no que couber:

**1. AOS PARTIDOS POLÍTICOS, ÀS COLIGAÇÕES E A TODOS OS CANDIDATOS QUE:**

1.1 NÃO FAÇAM doação de combustível de forma não permitida ou em quantidade superior ao autorizado na legislação, bem como NÃO PROMOVAM A DISTRIBUIÇÃO INDISCRIMINADA DE COMBUSTÍVEL AOS ELEITORES, sob pena de responsabilização cível e criminal;

1.2. REMETAM ao Ministério Público Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, a contar do recebimento deste, lista contendo o nome de todas as pessoas que estão ou irão trabalhar na campanha eleitoral, dos respectivos veículos que serão utilizados e dos postos de combustíveis que farão o abastecimento desses veículos;

1.3. ADOTEM as devidas precauções no sentido de que não sejam entregues “requisições” ou “vales-combustível” a pessoas que não estiverem integrando o rol de colaboradores efetivos das respectivas campanhas eleitorais previstos e incluídos na lista mencionada no item anterior 1.2;

1.4. Ao emitirem toda e qualquer “requisição” ou “vale-combustível”, adotem o cuidado de preencher, de forma completa e legível, o nome e o CPF do beneficiário do combustível, a placa do veículo, a quantidade de combustível, o nome e CNPJ do candidato responsável pela emissão do documento;

1.5. Os partidos políticos e as coligações, por intermédio de seus representantes, devem instruir todos os seus candidatos do teor desta recomendação, para seu fiel cumprimento.

**2. AOS PROPRIETÁRIOS, GERENTES OU RESPONSÁVEL PELOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS COM FUNCIONAMENTO NOS MUNICÍPIOS DE Brasilândia e Santa Rita do Pardo:**

2.1. EMITAM, sempre, a Nota Fiscal ou Cupom Fiscal, por ocasião de cada abastecimento, com a indicação do nome do candidato e do CNPJ do candidato, bem como a placa do veículo abastecido;

2.2 Se forem procurados para o fornecimento de qualquer quantidade de combustível mediante a apresentação de “requisição” ou “vale combustível” proveniente de partidos políticos, coligações ou candidatos, exijam que o interessado apresente o documento preenchido, de forma completa e legível, com o nome e o CPF do beneficiário do combustível, a placa do veículo, a quantidade de combustível, o nome e CNPJ do candidato responsável pela emissão do documento, retendo e arquivando referido documento para eventual fiscalização;

2.3. Mantenham cadastro com informações organizadas e com mecanismo que permita fácil e rápida localização de todos os abastecimentos realizados à vista de “requisições” e/ou “vale combustível” emitidas pelos partidos políticos, coligações ou candidatos, bem como eventuais contratos/termos respectivos, a fim de que sejam prontamente apresentadas ou encaminhadas ao Ministério Público Eleitoral em fiscalizações ou sempre que requisitadas.

Remeta-se, COM URGÊNCIA, a presente RECOMENDAÇÃO às Coligações e aos Partidos que participarão das Eleições Municipais do ano de 2020 nos municípios de Brasilândia e Santa Rita do Pardo, para adoção das devidas



providências, especialmente, para conhecimento de todos os seus candidatos; bem como para todos os postos de combustíveis dos respectivos municípios.

Remeta-se cópia, também, ao Comando da Polícia Militar dos referidos municípios; à Delegacia de Polícia Civil instalada nos respectivos municípios; ao Exmo. Juiz Eleitor da 41ª Zona Eleitoral; às rádios difusoras e jornais dos municípios em questão, para divulgação e conhecimento da população em geral.

Confere-se o prazo de 2 (dois) dias às Coligações e aos Partidos que participarão das Eleições Municipais do ano de 2020 nos municípios de Brasilândia e Santa Rita do Pardo para encaminhamento de resposta à presente recomendação, que deverão discriminar as providências adotadas, comunicando-as a esta Promotoria de Justiça, por intermédio do e-mail [pjbrasilandia@mpms.mp.br](mailto:pjbrasilandia@mpms.mp.br).

Ressalte-se, por cabo, que o descumprimento injustificado desta recomendação e/ou a falta de resposta à requisição ministerial poderá(ão) acarretar a adoção de todas as medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis.

Às providências para a devida publicação no Diário do MPMS.

Brasilândia, 10/11/2020.

ADRIANO BARROZO DA SILVA  
Promotor Eleitoral

#### GLÓRIA DE DOURADOS

#### EDITAL N: 0028/2020/PJ/GDS

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº: 06.2020.00001257-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aristeu Pereira Nantes e Dionatan Vita

Assunto: Apurar a legalidade na contratação de Dionatan Vita na função de Supervisor de Planejamento Turismo, cargo comissionado, notadamente sobre a sua qualificação técnica para o exercício do cargo.

Glória de Dourados/MS, 10 de novembro de 2020

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR  
Promotor de Justiça